

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE DIÁLOGO ENTRE A AOFA, OS ÓRGÃOS DO PODER POLÍTICO E AS CHEFIAS MILITARES

1. INTRODUÇÃO

Na Assembleia-geral da AOFA de 27 de Abril de 2006, foi aprovada uma recomendação, na qual foram conferidos poderes à Direcção para auscultar os sócios de forma generalizada, tendo em vista determinar se existem ou não condições de diálogo com o Poder Político, considerando que, ao momento, era prematuro suspendê-lo, mesmo tendo em consideração os evidentes e significativos desrespeitos do Poder a esse diálogo, assim como o sucessivo incumprimento das Leis da República, sendo desejável confrontar o Poder Político no seu todo com a indispensável clarificação dos objectivos que persegue.

2. CONDIÇÕES CHAVE PARA A MANUTENÇÃO DO DIÁLOGO

Tendo em vista avaliar o posicionamento do Poder Político em relação aos princípios que devem presidir ao diálogo, é importante indicar quais as condições que consideramos aceitáveis, para que possa ter lugar de forma estável. Em traços gerais as condições são as seguintes:

- Cumprimento da Lei (complementos de pensões; fundo de pensões; pagamento atempado de subsídios; pagamento atempado de participações de despesas de saúde; interpretação adequada da Caixa Geral de Aposentações da legislação publicada sobre as disposições transitórias de reserva e reforma; participação das Associações em conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho, na área da sua competência específica e serem ouvidas sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados, etc.);
- Aceitação do princípio de que as Associações Profissionais Militares (APM) têm o direito de participar na definição das orientações estratégicas do IASFA (áreas da ADM e Acção Social Complementar) enquanto entidades representantes dos militares, ou seja, terem assento nos órgãos de direcção, de conselho e grupos de trabalho.
- Aceitação do princípio da participação das Associações no estudo de soluções para a sustentabilidade das pensões de reforma dos militares, à semelhança do diálogo entre o Governo e os parceiros sociais, no âmbito da sustentabilidade da Segurança Social, no respeito do Estatuto da Condição Militar.
- Concretização efectiva da participação das Associações nos grupos de trabalho para a definição de orientações respeitantes a toda a área social dos membros das FA (reformas organizacionais, nas questões do pessoal, formação, saúde, carreiras, assistência social, sistema retributivo, etc.).

- Garantia de participação das Associações na Comissão de acompanhamento do Fundo de Pensões dos militares, bem como nos processos legais de transferências de fundos financeiros provenientes das alienações de património militar.

3. AVALIAÇÃO PERIÓDICA DAS CONDIÇÕES DE DIÁLOGO

Periodicamente, a Direcção da Associação irá avaliando o grau de cumprimento dos itens anteriormente citados e proporá aos associados, caso se mantenha o gravoso incumprimento dos mesmos, que se pronunciem sobre as formas de actuação e relacionamento.

4. AVALIAÇÃO RELATIVA AO PERÍODO DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2006

A avaliação que em anexo se apresenta na forma de quadros de avaliação, permite efectuar a seguinte síntese:

- As condições de diálogo com Sexa o **Presidente da República** têm sido más, tendo apenas ocorrido uma audiência com o General Chefe da Casa Militar, onde foi possível à AOFA apresentar todas as questões que afectam os seus associados, sob o ponto de vista sócio-profissional, tendo sido salientada a necessidade de uma audiência com Sexa o Presidente da República para um melhor esclarecimento dos motivos de preocupação da AOFA, audiência esta não concretizada até ao presente momento, apesar das diversas solicitações nesse sentido.

O PR tem abordado as questões militares de forma exclusivamente institucional, defendendo o prestígio das FA, mas não revelou até ao momento quaisquer preocupações com os Homens e Mulheres que servem as FA. Garante apenas a audição das Chefias Militares, ignorando as Associações e o seu papel legal. Tem sido nesse aspecto pior que os anteriores PR. Permanecem sem resposta clara as questões relativas ao incumprimento das leis da AR, pelo Governo.

- As condições de diálogo com Sexa o **Presidente da Assembleia da República**, têm sido satisfatórias, tendo sido apenas efectuada uma audiência solicitada pelas Associações para apresentação do abaixo-assinado relativo aos incumprimentos da Lei, que decorreu de forma franca e leal, tendo sido possível as APM expressar as suas preocupações, assim como aconteceu por parte do PAR.

O PAR tem abordado as questões militares com pouca frequência não se verificando nessas intervenções um interesse claro com as preocupações dos Homens e Mulheres que servem as FA. Permanecem sem resposta clara as questões relativas ao incumprimento das leis da AR, pelo Governo.

- As condições de diálogo com Sexa o **Primeiro-ministro** têm sido más, não tendo ocorrido qualquer audiência da AOFA com o PM ou com o seu Gabinete, apesar de diversas solicitações nesse sentido. De notar que o General assessor militar do PM, recebeu já a ANS.

O PM tem abordado as questões militares com pouca frequência não se verificando nessas intervenções um interesse claro com as preocupações com os Homens e Mulheres que servem as FA. Permanecem sem resposta clara as questões relativas ao incumprimento das leis da AR, pelo Governo.

- As condições de diálogo com a **Comissão Parlamentar de Defesa da Assembleia da República**, têm sido boas. Quer a AOFA, quer a CPD, têm mantido um contacto regular, que tem permitido manter a informação das principais preocupações dos militares.
- As condições de diálogo com o **Grupo Parlamentar do Partido Socialista** têm sido medíocres, não tendo ocorrido após o período agitado de Setembro de 2005 qualquer audiência da AOFA com o GPPS, apesar das diversas solicitações nesse sentido.

O GPPS tem abordado as questões militares com pouca frequência não se verificando nessas intervenções um interesse claro com as preocupações dos Homens e Mulheres que servem as FA. Permanecem sem resposta clara as questões relativas ao incumprimento das leis da AR, pelo Governo. Não tem respondido aos diversos pedidos de audiência da AOFA e não tem participado de forma sistemática nas iniciativas da AOFA para as quais tem sido convidado.

- As condições de diálogo com o **Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata** têm sido satisfatórias, tendo ocorrido, várias audiências da AOFA com o GPPSD quer por solicitação da AOFA, quer do GPPSD.

O GPPSD tem abordado as questões militares com pouca frequência verificando-se nessas intervenções um interesse razoável na defesa do prestígio das FA, contudo em termos de preocupações com os Homens e Mulheres que servem as FA essas intervenções têm sido diminutas. Permanecem sem resposta clara as questões relativas ao incumprimento das leis da AR, pelo Governo. Tem respondido aos diversos pedidos de audiência da AOFA e tem participado de forma sistemática nas iniciativas da AOFA para as quais tem sido convidado.

- As condições de diálogo com o **Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português** têm sido boas, tendo ocorrido, várias audiências da AOFA com o GPPCP quer por solicitação da AOFA, quer do GPPCP.

O GPPCP tem abordado as questões militares com alguma frequência verificando-se nessas intervenções um interesse razoável na defesa do prestígio das FA, e mostrando preocupações com os Homens e Mulheres que servem as FA, tendo sido as suas intervenções bastante importantes. Tem tido uma postura de exigência de resposta clara às questões relativas ao incumprimento das leis da AR, pelo Governo. Tem respondido aos diversos pedidos de audiência da AOFA e tem participado de forma sistemática nas iniciativas da AOFA para as quais tem sido convidado.

- As condições de diálogo com o **Grupo Parlamentar do CDS/PP** têm sido boas, tendo ocorrido algumas audiências da AOFA com o GPCDS/PP quer por solicitação da AOFA, quer do GPCDS/PP.

O GPCDS/PP tem abordado as questões militares com alguma frequência verificando-se nessas intervenções um interesse razoável na defesa do prestígio das FA, em termos de preocupações com os Homens e Mulheres que servem as FA essas intervenções têm sido suficientes. Tem tido uma postura de alguma exigência de resposta clara nas questões relativas ao incumprimento das leis da AR, pelo Governo. Tem respondido aos diversos pedidos de audiência da AOFA e tem participado de forma sistemática nas iniciativas da AOFA para as quais tem sido convidado.

- As condições de diálogo com o **Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda** têm sido satisfatórias, tendo ocorrido, várias audiências da AOFA com o GPBE quer por solicitação da AOFA, quer do GPBE.

O GPBE tem abordado as questões militares com pouca frequência verificando-se nessas intervenções um interesse significativo com as preocupações com dos Homens e Mulheres que servem as FA. Tem respondido aos diversos pedidos de audiência da AOFA e vem participando de forma sistemática nas iniciativas da AOFA para as quais tem sido convidado.

- As condições de diálogo com o **Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes** têm sido inexistentes, não tendo ocorrido audiências da AOFA com o GPPEV, quer por não solicitação da AOFA, quer por falta de interesse do GPPEV.

A AOFA deverá não descurar as possibilidades de contacto com o GPPEV apesar deste partido não participar na Comissão Parlamentar de Defesa.

- As condições de diálogo com Sexa o **Ministro da Defesa** têm sido sofríveis, não tendo ocorrido qualquer audiência oficial da AOFA com o anterior MDN, depois do período de desacordo do verão de 2005, apesar de diversas solicitações nesse sentido.

O anterior MDN abordou as questões militares com frequência não se verificando nessas intervenções um interesse claro com as preocupações dos Homens e Mulheres que servem as FA. Permanecem sem resposta clara às questões relativas ao incumprimento das leis da AR, pelo Governo. Também não existe a expectativa de qualquer mudança com o actual MDN.

- As condições de diálogo com Sexa o **Secretário de Estado da Defesa** têm sido medíocres, tendo ocorrido apenas uma audiência oficial da AOFA com o anterior SEDN.
- As condições de diálogo com o **Ministério da Defesa**, considerando a participação nos Grupos de trabalho têm sido razoáveis se bem que existam aspectos manifestamente insuficientes ou medíocres.

De uma forma discriminada passaremos a analisar essa participação em grupos de trabalho:

GT IASFA – participação com seriedade, mas perspectivas de solução desrespeitando a participação das APM-GT

GT CARREIRAS – grandes dificuldades no processo participativo por responsabilidade da chefia do GT, com falta sistemática de entrega de documentação solicitada em tempo oportuno.

Fundo pensões – continua a verificar-se a inexistência de participação das APM

- As condições de diálogo com Sexa o **Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas** têm sido razoáveis, tendo ocorrido diversas audiências quer da iniciativa do CEMGFA, quer por solicitação da AOFA.

Dessas audiências tem resultado uma franca e leal troca de opiniões, se bem que os resultados práticos relativamente à abertura de melhores condições de diálogo com as Chefias Militares dos Ramos e atenuação de crispações e efeitos de processos disciplinares baseados em interpretações restritivas dos direitos associativos dos militares, não se tenha verificado.

- As condições de diálogo com Sexa o **Chefe do Estado Maior da Armada** têm sido boas, apesar de ter ocorrido apenas uma audiência por solicitação da AOFA, mas onde os

contactos com o Gabinete têm sido positivos. Os problemas específicos de reconstituição da carreira dos Oficiais RC, foram adequadamente resolvidos.

Dessa audiência apesar do ambiente franco e leal troca de opiniões, não se verificaram resultados práticos relativamente à abertura de melhores condições de diálogo, nomeadamente na participação da AOFA em Grupos de Trabalho, nem na atenuação de crispações e efeitos de processos disciplinares baseados em interpretações restritivas dos direitos associativos dos militares.

- As condições de diálogo com Sexa o **Chefe do Estado Maior do Exército** têm sido más, tendo ocorrido apenas uma audiência por solicitação da AOFA.

Dessa audiência apesar do ambiente franco e leal troca de opiniões, não se verificaram resultados práticos relativamente à abertura de melhores condições de diálogo, nomeadamente na participação da AOFA em Grupos de Trabalho, nem na atenuação de crispações e efeitos de processos disciplinares baseados em interpretações restritivas dos direitos associativos dos militares.

- As condições de diálogo com Sexa o **Chefe do Estado Maior da Força Aérea** têm sido medíocres, apesar de terem ocorrido algumas audiências por solicitação da AOFA.

Dessas audiências apesar do ambiente franco e leal de troca de opiniões, não se verificaram resultados práticos relativamente à abertura de melhores condições de diálogo, nomeadamente na participação da AOFA em Grupos de trabalho, nem na atenuação de crispações e efeitos de processos disciplinares baseados em interpretações restritivas dos direitos associativos dos militares.